17^a Edição - 2017

EXAME



C N A I



SUSEP

N.º DE INSCRIÇÃO:

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI) DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC) Edital CFC/CAE 1/2017

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

Este caderno contém as questões da Prova específica para atuação em auditoria nas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)

Use como rascunho as páginas disponíveis ao final deste caderno, as quais não poderão ser destacadas durante a realização da prova.

Ao receber a Folha de Respostas:

- Confira o seu número de inscrição.
- Assine, à CANETA, no espaço próprio indicado (a assinatura não deve ultrapassar o espaço delimitado).

Observações quanto ao preenchimento das Folhas de Respostas: Use caneta esferográfica de tinta preta ou azul. Aplique traços firmes, sem forçar o papel, dentro da área reservada à letra correspondente à resposta que julgar correta, procurando unir o ponto lateral à direita, conforme exemplo ao lado. Assinale somente uma opção em cada questão. Sua resposta não será computada se houver marcação de duas ou mais opções. Não deixe nenhuma questão sem resposta. As respostas das questões dissertativas deverão conter, no mínimo, 20 (vinte) linhas, não deverão conter nenhum tipo de identificação do candidato (assinatura, visto, etc.) e deverão ser redigidas com letra legível. As Folhas de Respostas não deverão ser dobradas, amassadas ou rasuradas. De acordo com o item 3.9.1, em hipótese alguma, haverá substituição das Folhas de Resposts Objetivas e Dissertativas por erro do(a) candidato(a). Utilize como rascunho do gabarito a última folha do caderno, antes de transferir as informações nele contidas para a Folha de Respostas. É de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) qualquer prejuízo advindo de marcação incorreta efetuada nas Folhas de Respostas. SERÁ PERMITIDA A SAÍDA DO(A) CANDIDATO(A) DA SALA DE PROVA SOMENTE APÓS 1 (UMA) HORA DO SEU INÍCIO. FICA LIBERADA A ENTREGA DO CADERNO DE PROVAS AO CANDIDATO **QUANDO DE SUA SAÍDA. DURAÇÃO DESTA PROVA: QUATRO HORAS**

ATENÇÃO Sr.(a) Candidato(a), Antes de começar a fazer a prova, confira se este caderno tem, ao todo, 25 (vinte e cinco) questões objetivas, cada uma constituída de 4 (quatro) opções, e 2 (duas) questões dissertativas. Se houver algum problema, informe, imediatamente, ao fiscal de provas, para que ele tome as providências necessárias. Caso Vossa Senhoria não observe as recomendações acima, não lhe caberá qualquer reclamação ou recurso posterior. O uso de máquina calculadora própria é permitido, sendo vedado o seu empréstimo.

QUESTÕES OBJETIVAS

- 1. Em relação ao Plano de Regularização de Solvência (PRS), julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção <u>CORRETA</u>.
- O PRS deverá ser apresentado pela supervisionada, sempre que for apurada insuficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e o Capital Mínimo Requerido (CMR).
- II. O prazo máximo para a apresentação do PRS à Susep é de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data da constatação da insuficiência do PLA em relação ao CMR.
- III. O PRS deverá ser submetido à aprovação pela diretoria e, se houver, pelo conselho de administração ou conselho deliberativo da supervisionada, bem como sujeitar-se-á a deliberação da Diretoria de Supervisão de Solvência da Susep.
- IV. O PRS deverá identificar os fatores que contribuíram para a insuficiência do PLA em relação ao CMR.
- V. O PRS será objeto de avaliação dos auditores independentes os quais deverão emitir relatório circunstanciado sobre a adequação das propostas de ações corretivas a serem adotadas pela supervisionada, conforme previsto na Regulamentação da Susep.

Assinale a sequência **CORRETA**:

- a) V, F, V, V, F.
- b) V, F, V, F, V.
- c) F, V, V, F, F.
- d) F, F, V, V, F.
- As supervisionadas deverão constituir, mensalmente, as provisões técnicas previstas, quando necessárias. No caso dos Resseguradores Locais, a Provisão para Prêmios não Ganhos (PPNG) deve:
- a) ser constituída para cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas incorridos.
- b) ser calculada líquida das operações de retrocessão.
- c) contemplar ajustes para variação cambial.
- d) contemplar estimativa para os contratos emitidos vigentes.

- As operações de transferência de carteira de capitalização, previdência complementar aberta, resseguros e seguros deverão ser registradas de acordo com os critérios estabelecidos pela regulamentação da Susep.
 - Com relação aos critérios aplicáveis à cessionária, julgue os itens abaixo, relativos aos critérios aplicáveis à cessionária, como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção <u>CORRETA</u>.
- I. O valor recebido que exceda o saldo da Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) deverá ser considerado como prêmio de seguro, registrado em subconta específica como complemento de provisão e apropriado ao resultado durante o prazo restante do período de vigência das apólices.
- II. O valor recebido que exceda o saldo da PPNG deverá ser considerado como prêmio de seguro, registrado em subconta específica como complemento de provisão e apropriado ao resultado do exercício na data de operação.
- III. Caso o valor recebido da cedente seja inferior ao saldo da PPNG, a correspondente diferença deverá ser registrada no Ativo Circulante, em subconta distinta, no grupo de Custos de Aquisição Diferidos, e apropriada ao resultado durante o prazo restante do período de vigência das apólices.
- IV. Todos os direitos e obrigações recebidos em função da aquisição da carteira deverão ser registrados em contas próprias.
- V. A cessionária deverá obter junto a cedente todos os dados históricos relacionados às operações recebidas em transferência, necessários aos eventuais cálculos de provisões técnicas.

Assinale a sequência **CORRETA**:

- a) F, F, V, V, V.
- b) F, V, F, V, V.
- c) V, F, V, V, V.
- d) F, F, F, V, V.
- 4. As sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização ou ressegurador local, direta ou indiretamente podem:
- a) realizar operações com derivativos que gerem, a qualquer tempo, exposição superior ao total das posições à vista.
- b) realizar operações com derivativos na modalidade, "sem garantia".
- c) realizar operações de venda de opção a descoberto.
- d) investir recursos no exterior previstos em regulamentação do Conselho Monetário Nacional.

5. Em uma operação de cosseguro três seguradoras assumiram uma responsabilidade de R\$150.000,00. Considerando que a Seguradora A é a seguradora líder e assumiu 50% (cinquenta por cento) do risco, a seguradora B assumiu 30% (trinta por cento) do risco e a seguradora C detém 20% (vinte por cento) do risco, bem como supondose que o cálculo do prêmio de seguro é de 10% (dez por cento) sobre a importância segurada. Calcule o prêmio de seguro de cada uma delas e a parcela de indenização, considerando a ocorrência de um sinistro no valor de R\$10.000,00.

Considerando as seguintes alternativas, assinale a opção CORRETA.

- I. O valor do prêmio de seguro é de R\$7.500,00 para a seguradora A; R\$4.500,00 para seguradora B e; R\$3.000,00 para seguradora C.
- II. O valor da indenização é de R\$5.000,00 para seguradora A; R\$3.000,00 para seguradora B e; R\$2.000,00 para seguradora C.
- III. O valor do prêmio de seguro é de R\$5.000,00 para a seguradora A; R\$3.000,00 para seguradora B e; R\$2.000,00 para seguradora C.
- IV. A importância segurada é de R\$150.000,00.

Está(ão) **CERTO(S)** apenas o(s) item(ns):

- a) I, II e IV.
- b) I, III e IV.
- c) III.
- d) II e III.

6. Entre as operações realizadas por seguradoras, destacam-se as operações de cosseguro e resseguro, em que os riscos são transferidos entre as seguradoras. Da mesma forma que o seguro viabiliza negócios, o resseguro viabiliza o seguro.Considerando os tipos de operações realizadas e os registros contábeis pertinentes, relacione a primeira coluna à segunda e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

Operações realizadas				Lançamentos contábeis (débito)	Lançamentos contábeis (crédito)	
1.	Cancelamento de prêmio de cosseguro cedido	()	Prêmios de cosseguros a congêneres (resultado)	Prêmio de cosseguro cedido emitido (passivo)	
2.	Cancelamento de prêmio de resseguro cedido	()	Prêmios resseguros cedidos (resultado)	Prêmios resseguros emitidos (passivo)	
3.	Prêmio de resseguro	()	Prêmio de resseguro emitido (passivo)	Cancelamento prêmio de resseguro cedido (resultado)	
4.	Prêmio de cosseguro cedido	()	Prêmios de cosseguros cedidos emitidos (passivo)	Cancelamento de prêmios cosseguros cedidos a congêneres (resultado)	
5.	Comissão sobre prêmio de resseguro	()	Resseguro a liquidar – prêmio (passivo)	Comissão de prêmios cedidos em resseguros (passivo)	

- a) 1, 2, 3, 4, 5.
- b) 4, 3, 2, 1, 5.
- c) 1, 3, 2, 4, 5.
- d) 4, 2, 3, 1, 5.

Utilize as informações abaixo para responder as questões 7, 8 e 9.

A Seguradora ABC S.A. apresentou as seguintes informações em suas demonstrações contábeis e registros auxiliares, incluindo informações divulgadas em notas explicativas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 201X, sendo:

1- BALANÇO PATRIMONIAL	Valores em milhares de reais
ATIVO	
Disponível	1.013
Aplicações – Nota 6	114.725
Créditos com operações com seguros e resseguros – prêmios a	
receber e outros	26.519
Despesas antecipadas	3
Custos de aquisição diferidos	6.042
Total circulante	148.302
NÃO CIRCULANTE	
Títulos de crédito a receber	22.876
Aplicações – Nota 6	137.331
Investimentos em participações societárias	204
Outros investimentos	3
Imobilizado	1.625
Intangível	89
Total Não Circulante	162.128
Total do Ativo	310.430
PASSIVO	
Circulante	
Contas a pagar	16.612
Débitos de operações com seguros e resseguros	1.878
Depósitos de terceiros	1.224
Provisões Técnicas	149.095
Total circulante	168.809
NÃO CIRCULANTE	
Provisão para contingências	14.962
Contas a pagar	1.462
Total Não Circulante	16.424
Patrimônio Líquido	125.197
Total Passivo e Patrimônio Líquido	310.430

Capital adicional de Risco de crédito

Capital adicional de Risco operacional

2 – NOTA EXPLICATIVA

6 – Aplicações	Nível 1	Nível 2
a) Disponível para venda	100.861	16.468
Letra Financeira do Tesouro – LFT	96.610	
Nota do Tesouro Nacional NTN B	4.251	
Participação no IRB		16.468
b) Registrado pelo valor justo por meio de resultado	_	76.840
Fundos de investimentos – DPVAT		52.503
Fundos de investimentos – VGBL (exclusivo)		24.171
Depósito judicial		166
c) Mantidos até o vencimento	45.923	11.964
Nota de Tesouro Nacional – NTN B	45.923	11.964
Total	146.784	105.272
3 – INFORMAÇÕES ADICIONAIS		
Capital adicional de Risco de subscrição		25.715

7. Baseado-se nas informações, o valor da suficiência ou da insuficiência das garantias das provisões técnicas é:

2.315

572 15.000

a) 28.440 de suficiência.

Capital Base

- b) 102.961 de suficiência.
- c) 2.311 de insuficiência.
- d) 43.823 de insuficiência.
- 8. Baseando-se nas informações e considerando-se a taxa Selic de 14,50% (quatorze vírgula cinquenta por cento), bem como admitindo-se possíveis mudanças nos rendimentos a base de 50% (cinquenta por cento) em caso de ganhos e de 25% (vinte e cinco por cento) para perdas, respectivamente, a análise de sensibilidade em relação à variabilidade dos instrumentos financeiros é de:
- a) 54.822 e 27.411.
- b) 18.274 e 45.685.
- c) 27.411 e 45.685.
- d) 54.822 e 18.274.

- 9. Baseando-se nas informações e considerando-se o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), a suficiência de capital (PLA-CMR) é:
- a) 97.380.
- b) 125.197.
- c) 27.519.
- d) 97.678.
- 10. De acordo com as orientações da Susep ao mercado são passíveis de serem classificados no ativo intangível os gastos com:
- a) telemarketing programado.
- b) celebração de parcerias de exclusividade e acesso a ponto de vendas.
- c) remuneração da equipe de subscrição.
- d) comissões pagas a corretores.
- 11. A contratação do auditor contábil independente pelas entidades supervisionadas está sujeita a regras estabelecidas pela Susep.
 - Julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção <u>CORRETA</u>.
- I. As supervisionadas somente podem contratar auditores contábeis independentes, pessoa jurídica, registrados na CVM.
- II. O auditor contábil independente deverá disponibilizar, quando solicitado pela Susep, documento contendo a sua política de independência.
- III. No momento da sua contratação, o auditor contábil independente deverá disponibilizar para a supervisionada ou seu comitê de auditoria contábil documento contendo a sua política de independência.
- IV. As supervisionadas não podem contratar ou manter o auditor contábil independente se o pagamento de honorários pela supervisionada, isoladamente, relativos a trabalhos no ano-base das demonstrações contábeis for igual ou superior a 20% (vinte por cento) do faturamento total do auditor independente naquele ano.
- V. No momento da contratação, o auditor independente deverá fornecer declaração formal, informando que não está impedido para a prestação do serviço de auditoria contábil independente, de acordo com as normas da CVM, CFC e Ibracon.

- a) F, V, V, F, V.
- b) V, F, V, V, F.
- c) F, F, V, V, F.
- d) V, F, V, V, F.

12. As supervisionadas deverão solicitar ao atuário independente que produza o parecer atuarial. Dessa forma, o parecer atuarial NÃO deverá:

- a) conter avaliação conclusiva a respeito da adequação das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão.
- b) ser publicado separadamente das demonstrações contábeis anuais.
- c) abranger demais situações relevantes verificadas nas análises e estudos realizados.
- d) conter manifestação sobre a qualidade dos dados que serviram de base para a elaboração da auditoria atuarial independente.

13. Assinale, entre as situações a seguir, a opção que <u>NÃO</u> se caracteriza como descumprimento dos requisitos de independência da auditoria atuarial.

- a) Existência, por parte de membro responsável pela auditoria atuarial independente, de interesse financeiro direto, imediato ou mediato, ou substancial interesse financeiro indireto na sociedade supervisionada, compreendida a intermediação de negócios de qualquer tipo e a realização de empreendimentos conjuntos.
- b) Existência de membro responsável pela auditoria atuarial independente que possua ou que tenha mantido, nos últimos 2 (dois) anos, relação de trabalho, direta ou indireta, como empregado, administrador ou colaborador assalariado da sociedade supervisionada.
- c) Participação acionária, direta ou indireta, de membro responsável pela auditoria atuarial independente na sociedade supervisionada ou em alguma de suas controladas, coligadas ou equiparadas à coligada.
- d) Participação na prestação de serviços de auditoria atuarial independente de membro responsável pela auditoria atuarial efetuada, o qual retornou na mesma supervisionada após decorridos 3 (três) anos de sua substituição.

- 14. A Provisão Matemática para Capitalização (PMC) é uma provisão técnica que deverá ser constituída pelas sociedades de capitalização. Julgue as opções abaixo e, em seguida, assinale a opção <u>CORRETA</u>.
- I. A PMC deverá ser constituída enquanto não ocorrido o evento gerador de resgate do título.
- II. A PMC abrange a parcela dos valores arrecadados para capitalização, devendo ser calculada para cada título que estiver em vigor ou suspenso durante o prazo previsto em nota técnica atuarial.
- III. O fato gerador da constituição da PMC será a emissão do título, quando se tratar de título de capitalização por meio de pagamento único ou quando se tratar da primeira parcela de título de capitalização contratado por meio de pagamentos mensais ou periódicos.
- IV. O fato gerador da constituição da PMC será a informação quanto ao pagamento por parte do subscritor, em relação às demais parcelas após a primeira.
- V. O fato gerador da constituição da PMC é o mesmo fato gerador da contabilização das receitas das operações de capitalização definido pelas normas contábeis.

Estão **CERTOS** apenas os itens:

- a) I, III e IV.
- b) I e V.
- c) I, II e V.
- d) I, II, III e IV.

- 15. Acerca da contabilização da proposta de pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, conforme determinação da Susep e previsto da Interpretação Técnica ICPC 08 (R1), julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção <u>CORRETA</u>.
- Devido a características especiais da legislação societária brasileira, o dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto ou na Lei, deve ser registrado como uma obrigação na data do encerramento do exercício.
- II. Qualquer declaração de dividendo adicional ao previsto, legal ou estatutariamente, antes da data da autorização de emissão das demonstrações contábeis do exercício, também deve ser registrada como obrigação na data de encerramento do exercício.
- III. Os juros sobre capital próprio (JCP), criado pela legislação tributária e incorporado ao ordenamento societário brasileiro, consiste numa distribuição aos acionistas, podendo ser imputado ou não ao dividendo mínimo obrigatório.
- IV. O valor do tributo retido na fonte que a companhia, por obrigação da legislação tributária, deva reter e recolher não pode ser considerado quando se imputam os juros sobre capital próprio (JCP) ao dividendo obrigatório.
- V. Os juros referentes à remuneração sobre o capital próprio, pagos ou creditados, devem ser registrados nos grupos de Outras Despesas ou Receitas Financeiras.

- a) V, F, V, F, F.
- b) V, V, V, V, V.
- c) V, F, V, V, V.
- d) V, F, V, V, F.

- 16. Na prestação de serviços de auditoria contábil independente para as supervisionadas, deverão ser observadas as normas e procedimentos de auditoria contábil determinadas pela CVM, CFC e Ibracon, subsidiariamente às normas do CNSP e da Susep.
 - Com relação aos relatórios que as supervisionadas deverão solicitar ao auditor contábil independente para que este os produza, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção <u>CORRETA</u>.
- I. As supervisionadas deverão solicitar o relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.
- II. As supervisionadas deverão solicitar o relatório circunstanciado sobre a adequação dos procedimentos contábeis e das práticas de divulgação de informações nas demonstrações financeiras contendo comentários e, se solicitado pela Susep, o plano de ação da supervisionada para solucionar as inadequações apontadas, bem como os prazos para o cumprimento das ações propostas.
- III. As supervisionadas deverão solicitar o relatório de auditoria contábil sobre a avaliação pelo auditor contábil independente dos Questionários Trimestrais contidos no Formulário de Informações Periódicas, contendo a descrição dos procedimentos previamente acordados e as conclusões alcançadas em cada questão.
- IV. As supervisionadas deverão solicitar o relatório circunstanciado sobre a adequação dos controles internos aos riscos suportados pela supervisionada, relatando as deficiências identificadas no curso dos trabalhos de auditoria contábil, bem como, quando for o caso, recomendações destinadas a sanar as deficiências.

Estão **CERTOS** os itens:

- a) I, II e IV, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) I, II, III e IV.
- d) I e II, apenas.

17. De acordo com o previsto na Resolução CNSP nº 321/15, é vedado à Seguradora EAPC, Sociedade de Capitalização ou Ressegurador Local:

- a) realizar quaisquer operações com derivativos.
- b) investir quaisquer recursos no exterior.
- c) realizar quaisquer operações comerciais, financeiras ou imobiliárias.
- d) prestar quaisquer fiança, aval ou aceite.

18. As atividades das entidades supervisionadas pela Susep estão associadas a um elevado grau de risco.

Relacione a natureza do risco descrita na primeira coluna, com sua definição, na segunda coluna e, em seguida, assinale a opção <u>CORRETA</u>.

1.	Risco de Subscrição	()	Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição.
2.	Risco de Mercado	()	Possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, das suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e/ ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte.
3.	Risco Legal	()	Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações dos mercados financeiros, que causam mudanças na avaliação econômica de ativos e passivos das supervisionadas.
4.	Risco de Crédito	()	Possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos.
5.	Risco Operacional	()	Possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da supervisionada, associadas, diretamente ou indiretamente, às bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições, quotas e provisões técnicas.

- a) 1, 4, 2, 5, 3.
- b) 5, 4, 2, 3, 1.
- c) 5, 4, 1, 2, 3.
- d) 1, 4, 2, 3, 5.

- 19. A redução ao valor recuperável de ativos financeiros deve ser constituída com base em estudo técnico que leve em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência.
 - A aplicação dos estudos técnicos deve ser realizada mensalmente e deverá ser mantida documentação que permita a sua replicação pelos auditores independentes.
 - Julgue os procedimentos mínimos adicionais que devem ser adotados e documentados por ocasião da elaboração dos estudos técnicos de redução ao valor recuperável e, em seguida, assinale a opção <u>CORRETA</u>.
- I. Deve-se adotar a revisão da metodologia, no mínimo, a cada período de reporte ou quando houver indicação de alteração nas características do negócio ou dos recebimentos.
- II. Deve-se adotar a utilização de base de dados histórica que permita a verificação do histórico de perdas e dos riscos de inadimplência.
- III. Deve-se adotar o acompanhamento dos valores a receber por período suficiente para que haja estabilidade nos recebimentos.
- IV. Deve-se adotar a criação de grupamentos de análise que melhor reflitam a característica de negócios da supervisionada.
- V. Deve-se adotar o tratamento utilizado para as parcelas vincendas de um devedor em atraso.

Está(ão) CERTO(S) o(s) item(ns):

- a) II, III e IV, apenas.
- b) I, II e III, apenas.
- c) I e V, apenas.
- d) I, II, III, IV e V.

20. A Seguradora ABC constituída em 20X1 vem apresentando prejuízos sucessivos decorrentes de sua atividade operacional e sem previsão de recuperação destes no curto prazo.

Conforme confirmado nos livros fiscais (e-LALUR e e-LACS – ECF), o montante de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativos e de ativos fiscais diferidos, não reconhecidos na contabilidade foram os seguintes:

	Prejuízos fiscais e	bases de cálculo		nis diferidos não		
	nega	tivas	reconhecidos n	a contabilidade		
Exercícios	Prejuízos Fiscais	Bases de cálculo	IRPJ	CSLL		
	- IRPJ	negativas - CSLL	15%	9%		
20X2	72.000	72.000	10.800	6.480		
20X3	50.000	50.000	7.500	4.500		
20X4	65.000	65.000	9.750	5.850		
20X5	75.000	75.000	11.250	6.750		
TOTAL	262.000	262.000	39.300	23.580		

Para reverter esta situação deficitária, a administração da Seguradora contratou uma consultoria para reestruturar seus negócios. Surpreendentemente, suas receitas deslancharam no ano 20X6 e apurou lucros tributáveis em montante capaz de absorver a totalidade dos prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas dos exercícios anteriores. Considerando o enunciado acima, avalie e julgue os procedimentos contábeis descritos como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção <u>CORRETA</u>.

- I. Deveria apresentar os valores a compensar relativos a exercícios de X1 a X5 em nota explicativa às demonstrações contábeis, considerando a possibilidade de compensação desses créditos tributários, em exercícios futuros.
- II. Os montantes dos créditos tributários consignados na nota explicativa, como sendo a melhor estimativa de possível compensação futura, foram corretamente calculados pelas alíquotas de 15% para o IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica) e 9% para a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido).
- III. No exercício de 20X6, a Seguradora ABC deverá reconhecer os valores a compensar no montante de R\$39.300,00 – IRPJ e R\$23.580,00 – CSLL, como ajuste de exercícios anteriores, e o diferencial de alíquota (adicional do IRPJ – 10%) no montante de R\$26.200,00 no resultado do exercício como mudança de estimativa contábil.
- IV. No exercício de 20X6 deverá reconhecer o montante de R\$65.500,00 IRPJ a compensar e R\$23.580,00 CSLL a compensar no resultado do exercício, considerando mudança de estimativa contábil.
- V. Deverá considerar o montante dos valores a compensar como redução do valor dos tributos devidos no exercício de 20X6 – reconhecendo a provisão do IRPJ e CSLL do exercício, pelo valor líquido.

- a) V, V, V, F, F.
- b) V, V, F, V, F.
- c) V, V, F, F, V.
- d) V, F, F, V, F.

21. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) deverá ser constituída pelos Resseguradores Locais para cobertura dos valores:

- a) A pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer.
- b) A liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados.
- c) A liquidar relativos a sinistros avisados.
- d) Assumidos pelos Resseguradores Locais.

22. Em relação ao cálculo dos Capitais de Riscos e as Respectivas Transferências destes Riscos nas Transformações Societárias, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção <u>CORRETA</u>.

- I. Para a supervisionada que incorporar outra supervisionada ou for criada a partir de fusão entre supervisionadas, as parcelas do capital de risco cujos cálculos dependem de informações de períodos anteriores à combinação de negócios serão calculadas, considerando-se a agregação dos históricos individuais de cada uma das supervisionadas que se combinaram.
- II. Para a supervisionada que transferir ou receber operações de outra supervisionada através de cisão ou de transferência de carteira, as parcelas do capital de risco cujos cálculos dependem de informações de períodos anteriores à transferência/cisão serão calculadas considerando-se o histórico de operações das carteiras transferidas/cindidas.
- III. Para a supervisionada que se transformar de seguradora em EAPC, ou vice-versa, as parcelas do capital de risco cujos cálculos dependem de informações de períodos anteriores à transformação serão calculadas, considerando-se o histórico de operações da supervisionada que lhe deu origem.
- IV. A supervisionada que receber carteira, incorporar outra supervisionada ou parcela cindida de supervisionada ou for criada por meio de fusão ou cisão deverá, até o dia 10 do mês seguinte ao da conclusão da operação, protocolar expediente na Susep comunicando o fato à Coordenação-Geral de Monitoramento de Solvência (CGSOA).

- a) V, V, V, F.
- b) F, V, V, F.
- c) V, V, F, F.
- d) V, V, V, V.

- 23. A manutenção da habilitação dos auditores independentes para exercerem suas atividades de auditoria nas sociedades supervisionadas pela Susep é comprovada por meio de alguns indicadores.
 - Com relação a esse assunto, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção <u>CORRETA</u>.
- I. É comprovada a partir do exercício das funções de auditoria independente em sociedades supervisionadas pela SUSEP.
- II. É comprovada a partir do cumprimento dos requisitos pertinentes a Educação Profissional Continuada previstos na NBC PG 12.
- III. É comprovada a partir do cumprimento de, no mínimo, 10 (dez) pontos anuais em Educação Profissional Continuada relacionada a atividades específicas relativas à auditoria independente das sociedades supervisionadas.
- IV. É comprovada a partir do cumprimento, no mínimo, de 40 (quarenta) pontos anuais, dos quais, no mínimo, 10 (dez) pontos anuais em Educação Profissional Continuada relacionada a atividades específicas relativas à auditoria independente das sociedades supervisionadas.

A sequência **CORRETA** é:

- a) F, V, V, F.
- b) V, V, V, F.
- c) V, V, V, V.
- d) F, F, V, F.
- 24. A Seguradora ABC enquadrou um evento como outras despesas operacionais e o contrato desta seguradora com o ressegurador prevê cobertura para causas judiciais extracontratuais. Considerando as alternativas abaixo, julgue os itens a seguir como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e assinale a opção <u>CORRETA</u>.
- I. Para a Seguradora ABC, esse valor pode ser oferecido como redutor da necessidade de cobertura das provisões técnicas e afetar a composição dos sinistros retidos.
- II. Existem contas específicas, tanto no ativo quanto no resultado, para segregar os valores dos ativos de resseguro relacionados a outros passivos que não provisões técnicas.
- III. Para o cessionário, trata-se de uma operação relacionada ao contrato e à natureza da sua operação e, portanto, deve ser contabilizado como sinistro.
- IV. Esse valor a recuperar não será base para o cálculo do capital de risco de crédito.

Estão **CERTOS** os itens:

- a) I, II, III e IV.
- b) II e III, apenas.
- c) I, II e III, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.

- 25. De acordo com a regulamentação da Susep, as sociedades, resseguradoras e corretores devem desenvolver e implantar procedimentos e controles internos para prevenir a lavagem de dinheiro e o financiamento ao terrorismo. Julgue os itens abaixo como verdadeiros (V) ou falsos (F) e, em seguida, assinale a opção <u>CORRETA</u>.
- I. As sociedades, resseguradoras e corretora não podem contratar operações com pessoas politicamente expostas.
- II. Os procedimentos de controles internos contemplam a elaboração de programa anual de auditoria interna para verificar o cumprimento dos demais procedimentos.
- III. A critério da Susep, o programa anual de auditoria interna pode ser aplicado pela auditoria interna ou por auditores independentes.
- IV. A manualização dos procedimentos, bem como a execução de programa de treinamento específico de qualificação dos funcionários, integra o rol de controles internos requeridos.
- V. São considerados como pessoas politicamente expostas os agentes públicos que desempenham ou tenham desempenhado nos últimos 5 (cinco) anos anteriores, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiras, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Assinale a sequência **CORRETA**:

- a) V, F, V, V, V.
- b) F, V, F, V, V.
- c) V, V, V, V, V.
- d) F, V, F, V, F.

QUESTÕES DISSERTATIVAS

- 26. Comente sobre o que são as estimativas contábeis na elaboração das demonstrações contábeis de uma seguradora, bem como sobre o uso dessas estimativas e descreva sobre pelo menos 3 (três) contas/áreas relevantes em que são utilizadas, incluindo comentário sobre as bases para determinação das referidas estimativas.
- 27. A auditoria interna é uma atividade prevista pela Susep, em diversas normas por ela expedidas, especialmente nas Circulares Susep nºs 249/04, 344/07, 445/12, 460/12 e 521/15.

Considerando a sua relevância:

- a) Comente o que é auditoria interna.
- b) Enumere os principais objetivos da auditoria interna.
- c) Comente sucintamente sobre as exigências da Susep relativamente a esta atividade no âmbito das suas supervisionadas.

RASCUNHO DO GABARITO ESTA PÁGINA NÃO PODERÁ SER DESTACADA

	Α	В	С	D			Α	В	С	D
01						26				
02						27				
03						28				
04						29				
05						30				
06						31				
07						32				
80						33				
09						34				
10						35				
11						36				
12						37				
13						38				
14						39				
15						40				
16						41				
17						42				
18						43				
19						44				
20						45				
21						46				
22						47				
23						48				
24						49				
25						50				